A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM UM CONTEXTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DANIEL BARBIERI[1]
RODRIGO RIOS FARIA DE OLIVEIRA[2]

RESUMO

Este artigo analisa a importância da educação no contexto econômico-financeiro, destacando sua função como capital humano, mecanismo de mobilidade social e vetor de sustentabilidade econômica. A partir de uma revisão teórica que contempla autores clássicos como Schultz, Becker e Bourdieu, bem como contribuições contemporâneas de Sen, Hanushek e Woessmann, entre outros, evidencia-se que a educação transcende sua dimensão social, configurando-se como ativo estratégico para o desenvolvimento econômico sustentável. O estudo enfatiza que políticas públicas consistentes e de longo prazo são indispensáveis para que a educação cumpra seu papel de reduzir desigualdades, ampliar a produtividade e fortalecer a competitividade internacional. Conclui-se que a educação deve ser compreendida como direito fundamental e instrumento de justiça social, mas também como elemento estruturante para a consolidação de sistemas econômicos inclusivos e resilientes.

Palavras-chave: Educação; Capital humano; Desenvolvimento econômico; Mobilidade social; Políticas públicas.

[1] Especialista em Corporate Finance. Especialização em Investimentos, Finanças e Banking. Professor universitário. E-mail: danielalbarello1997@gmail.com ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4246-0000
[2] Doutor em Ciências da Linguagem. Mestre em Direito Civil. Advogado e professor universitário. E-mail: rodrigorios.adv@gmail.com ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9397-1399

THE IMPORTANCE OF EDUCATION IN AN ECONOMIC-FINANCIAL CONTEXT

ABSTRACT

This article examines the importance of education within the economic and financial context, highlighting its role as human capital, a mechanism for social mobility, and a driver of economic sustainability. Based on a theoretical review that includes classical authors such as Schultz, Becker, and Bourdieu, as well as contemporary contributions from Sen, Hanushek and Woessmann, among others, the study demonstrates that education transcends its social dimension, becoming a strategic asset for sustainable economic development. The analysis emphasizes that consistent and long-term public policies are essential for education to fulfill its role in reducing inequalities, increasing productivity, and strengthening international competitiveness. It concludes that education must be understood both as a fundamental right and as a tool for social justice, as well as a structuring element for the consolidation of inclusive and resilient economic systems.

Keywords: *Education; Human capital; Economic development; Social mobility; Public policies.*

INTRODUÇÃO

A relação entre educação e desenvolvimento econômico-financeiro constitui um dos eixos centrais da reflexão acadêmica desde meados do século XX, sendo amplamente discutida no âmbito da teoria do capital humano. Schultz (1961, p. 3), ao inaugurar esse campo de análise, argumenta que a educação deve ser compreendida como investimento estratégico, capaz de ampliar a capacidade produtiva dos indivíduos e, por consequência, de toda a coletividade. Becker (1964, p. 12), aprofundando essa perspectiva, demonstra que o acúmulo de capital humano por meio da escolarização e da qualificação profissional repercute diretamente na eficiência econômica, na inovação tecnológica e na estabilidade financeira das nações.

Essa concepção encontra respaldo em estudos posteriores que evidenciam a correlação positiva entre escolaridade média da população e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita (Barro, 2001, p. 15; Hanushek; Woessmann, 2015, p. 45). Tais análises reforçam a ideia de que a educação não se limita a um direito social, mas se configura como ativo econômico de alta relevância, capaz de gerar retornos sustentáveis no longo prazo.

No contexto contemporâneo, marcado pela globalização e pela transição para uma economia do conhecimento, a centralidade da educação torna-se ainda mais evidente. Sen (1999, p. 87) sustenta que o desenvolvimento deve ser compreendido como expansão das capacidades humanas, e nesse sentido, a educação desempenha papel fundamental ao ampliar as liberdades substantivas dos indivíduos, fortalecendo simultaneamente as instituições econômicas e políticas. Bourdieu (1986, p. 243), por sua vez, acrescenta que o capital cultural, transmitido pela escola, pode ser convertido em capital econômico, constituindo-se em mecanismo de mobilidade social e de redução das desigualdades.

Dessa forma, a educação emerge como elemento estruturante para a consolidação de sistemas econômicos inclusivos e resilientes, sendo indispensável para a competitividade internacional e para a sustentabilidade financeira das sociedades contemporâneas.

1. EDUCAÇÃO COMO CAPITAL HUMANO

A concepção da educação como capital humano constitui um dos pilares da teoria econômica moderna, especialmente a partir das contribuições de Becker (1964, p. 19), que a interpreta como investimento capaz de ampliar a eficiência produtiva, a capacidade de inovação e, consequentemente, o crescimento econômico. Para o autor, o processo educacional não deve ser visto apenas como aquisição de conhecimento, mas como incorporação de habilidades e competências que se traduzem em maior produtividade individual e coletiva.

Schultz (1961, p. 3), precursor dessa abordagem, já havia destacado que os gastos com educação representam uma forma de investimento em recursos humanos, cujos retornos se manifestam em ganhos de renda e em maior competitividade das economias nacionais. Essa perspectiva foi posteriormente aprofundada por Psacharopoulos (1994, p. 1325), ao demonstrar que a taxa de retorno da educação, medida em termos de incremento salarial, é superior à de muitos investimentos físicos, reforçando o caráter estratégico da escolarização.

Hanushek e Woessmann (2015, p. 45) corroboram empiricamente essa relação ao evidenciar que não apenas os anos de escolaridade, mas sobretudo a qualidade da educação, constituem variáveis determinantes para o crescimento econômico sustentável. Em suas análises comparativas, países que investiram em sistemas educacionais de alta qualidade apresentaram maior capacidade de inovação tecnológica e de adaptação às transformações da economia global.

Além disso, Barro (2001, p. 15) demonstra que o aumento da escolaridade média da população está diretamente associado ao crescimento do PIB per capita, indicando que a educação exerce papel multiplicador sobre o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a educação, enquanto capital humano, deve ser compreendida como ativo estratégico, capaz de gerar retornos sociais e financeiros de longo prazo, consolidando-se como elemento indispensável para a competitividade e sustentabilidade das nações contemporâneas.

2. EDUCAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

A educação constitui um dos principais mecanismos de promoção da mobilidade social, desempenhando papel central na redução das desigualdades socioeconômicas. Bourdieu (1986, p. 243), ao discutir a noção de capital cultural, enfatiza que os recursos simbólicos e cognitivos adquiridos no espaço escolar podem ser convertidos em capital econômico, ampliando as oportunidades de ascensão social e de inserção em posições privilegiadas no mercado de trabalho. Essa perspectiva revela que a escola não apenas transmite conhecimentos técnicos, mas também legitima formas de distinção social que, quando democratizadas, contribuem para a diminuição da concentração de renda.

Complementarmente, Coleman (1988, p. 101) introduz o conceito de capital social, destacando que as redes de relações estabelecidas no ambiente educacional favorecem a circulação de informações e oportunidades, potencializando a mobilidade intergeracional. Nesse sentido, a educação não se limita a um processo individual de aquisição de competências, mas se configura como prática coletiva que fortalece vínculos sociais e amplia horizontes econômicos.

Estudos empíricos reforçam essa correlação. Psacharopoulos e Patrinos (2004, p. 117) demonstram que o retorno privado da educação, medido em termos de incremento salarial, é significativamente maior em países em desenvolvimento, evidenciando que políticas educacionais inclusivas têm impacto direto na redução da pobreza e na promoção da equidade social. De modo semelhante, Sen (1999, p. 102) argumenta que a expansão das capacidades humanas por meio da educação fortalece a liberdade substantiva dos indivíduos, criando condições para que estes participem de forma mais ativa e igualitária na vida econômica e política.

No caso brasileiro, estudos de Schwartzman (2004, p. 56) indicam que a ampliação do acesso ao ensino superior tem contribuído para a diversificação das elites profissionais e para a redução das barreiras históricas de exclusão. Assim, políticas públicas voltadas à universalização da educação básica e à democratização do ensino superior devem ser compreendidas como instrumentos estratégicos de mobilidade social e de construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

3. EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

A educação, além de constituir vetor de crescimento econômico, revela-se como elemento indispensável para a sustentabilidade das economias contemporâneas. Sen (1999, p. 102), ao desenvolver sua abordagem das capacidades, enfatiza que a expansão das oportunidades educacionais fortalece não apenas a liberdade econômica, mas também a liberdade política, criando condições para um desenvolvimento equitativo e duradouro. Nesse sentido, a educação transcende sua função instrumental, configurando-se como fundamento normativo para a construção de sociedades mais resilientes e inclusivas.

Barro (2001, p. 15) demonstra empiricamente que, em países emergentes, cada ano adicional de escolaridade média da população está associado a incrementos significativos no Produto Interno Bruto (PIB) per capita, evidenciando que a educação atua como ativo econômico estratégico. Essa constatação é corroborada por Hanushek e Woessmann (2015, p. 45), que argumentam que a qualidade da educação exerce impacto direto sobre a produtividade e a capacidade de inovação, elementos essenciais para a sustentabilidade econômica em longo prazo.

De acordo com Schultz (1961, p. 3), os investimentos em capital humano, especialmente em educação, produzem retornos superiores aos investimentos em capital físico, uma vez que ampliam a adaptabilidade da força de trabalho frente às transformações tecnológicas e estruturais da economia. Psacharopoulos (1994, p. 1325) reforça essa perspectiva ao demonstrar que as taxas de retorno da educação, mensuradas em termos de ganhos salariais, são particularmente elevadas em países em desenvolvimento, o que evidencia sua relevância como mecanismo de combate à pobreza e de promoção da equidade social.

No caso brasileiro, Schwartzman (2004, p. 56) observa que a expansão do acesso ao ensino superior tem contribuído para a diversificação das elites profissionais e para a redução das barreiras históricas de exclusão, fortalecendo a sustentabilidade econômica e social. Assim, a educação deve ser compreendida não apenas como direito fundamental, mas como ativo estratégico que garante competitividade internacional, estabilidade financeira e desenvolvimento sustentável.

4. EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

A relação entre educação e mercado de trabalho constitui um dos eixos centrais da análise socioeconômica contemporânea. Becker (1964, p. 19), ao desenvolver a teoria do capital humano, sustenta que a escolarização e a qualificação profissional ampliam a produtividade individual, repercutindo diretamente na competitividade das empresas e na eficiência dos sistemas econômicos. Nesse sentido, a educação deve ser compreendida como investimento estratégico, capaz de gerar retornos econômicos superiores aos obtidos em ativos físicos.

Schultz (1961, p. 3) já havia destacado que os recursos destinados à formação educacional representam uma forma de investimento em capital humano, cujos efeitos se manifestam em maior empregabilidade e em ganhos salariais. Psacharopoulos (1994, p. 1325) reforça essa perspectiva ao demonstrar que as taxas de retorno da educação, mensuradas em termos de incremento salarial, são particularmente elevadas em países em desenvolvimento, evidenciando que a escolarização constitui mecanismo essencial de mobilidade social e de redução da pobreza.

No contexto da economia globalizada, caracterizada pela transição para a chamada “economia do conhecimento”, a educação assume papel ainda mais relevante. Drucker (1993, p. 85) argumenta que o conhecimento se tornou o principal recurso econômico, substituindo o capital físico como motor da produtividade. Assim, a formação contínua (lifelong learning) emerge como requisito indispensável para a adaptação da força de trabalho às transformações tecnológicas e organizacionais.

Estudos empíricos recentes corroboram essa relação. Hanushek e Woessmann (2015, p. 45) demonstram que a qualidade da educação, mais do que a quantidade de anos de escolaridade, é determinante para a inovação tecnológica e para a competitividade internacional. No caso brasileiro, Schwartzman (2004, p. 56) observa que a expansão do ensino técnico e superior tem contribuído para a diversificação das elites profissionais e para a redução das barreiras históricas de exclusão no mercado de trabalho.

5. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A educação, enquanto ativo estratégico para o desenvolvimento econômico e social, exige políticas públicas consistentes e de longo prazo. Sen (1999, p. 102) enfatiza que a expansão das capacidades humanas por meio da educação fortalece a liberdade substantiva dos indivíduos, criando condições para o desenvolvimento equitativo. Nesse sentido, políticas educacionais inclusivas devem ser compreendidas como instrumentos de justiça social e de sustentabilidade econômica.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) representam marcos institucionais fundamentais para a universalização do acesso e para a melhoria da qualidade educacional. Oliveira (2007, p. 47) destaca que o Fundeb, ao garantir financiamento contínuo para a educação básica, contribui para a redução das desigualdades regionais e para a democratização do ensino.

Comparativamente, experiências internacionais oferecem modelos de excelência. A Finlândia, por exemplo, consolidou um sistema educacional baseado na equidade e na valorização docente, alcançando elevados índices de desempenho escolar (Sahlberg, 2011, p. 34). A Coreia do Sul, por sua vez, investiu maciçamente em educação técnica e superior, transformando-se em uma das economias mais inovadoras do mundo (Kim, 2002, p. 78).

No entanto, políticas públicas educacionais não devem se limitar à expansão quantitativa do acesso. É necessário investir na qualidade da formação, na valorização dos professores e na integração entre educação e mercado de trabalho. Como argumenta Carnoy (2007, p. 92), a eficácia das políticas educacionais depende de sua capacidade de articular objetivos sociais e econômicos, promovendo inclusão e competitividade simultaneamente.

Assim, a educação deve ser compreendida como prioridade estratégica das políticas públicas, constituindo-se em fundamento para a construção de sociedades mais justas, produtivas e sustentáveis.

6. EDUCAÇÃO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO

A análise da educação como vetor de desenvolvimento econômico-financeiro exige a identificação de pontos estratégicos de investimento capazes de potencializar seus efeitos multiplicadores. Krugman (1994, p. 87), ao discutir os limites das expectativas econômicas, enfatiza que o crescimento sustentado das economias modernas depende da capacidade de gerar e difundir conhecimento, sendo a educação o principal mecanismo de acumulação desse ativo intangível. Nesse sentido, destacam-se alguns eixos fundamentais:

A universalização da educação básica constitui condição sine qua non para a redução das desigualdades sociais. Becker (1964, p. 19) demonstra que o acúmulo de capital humano se inicia nos primeiros anos de escolarização, repercutindo diretamente na produtividade futura. O ensino técnico e profissionalizante emerge como outro ponto crucial, pois, como argumenta Krugman (1999, p. 102), economias competitivas necessitam de mão de obra qualificada para enfrentar os desafios da globalização.

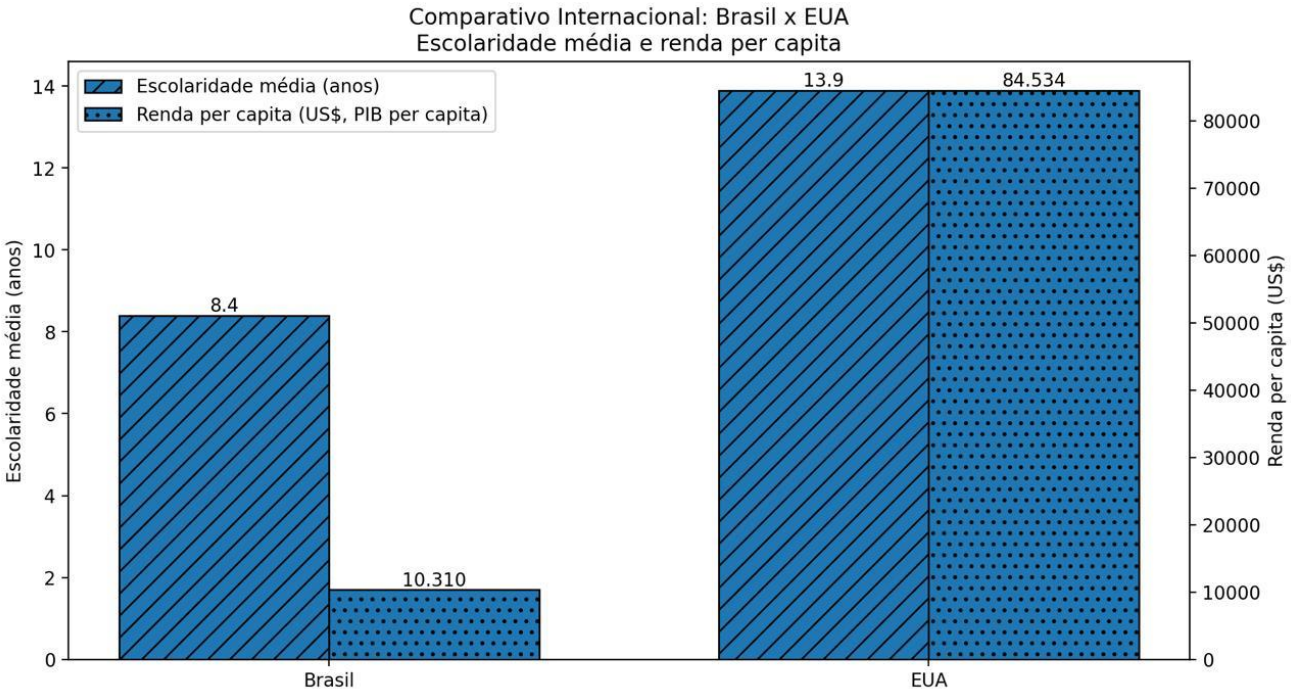
No âmbito do ensino superior e da pesquisa, Schultz (1961, p. 3) sustenta que os retornos sociais e econômicos da educação superam os investimentos em capital físico, dado seu impacto na inovação e competitividade internacional. A formação continuada (lifelong learning), antecipada por Drucker (1993, p. 85) e reforçada por Krugman (2008, p. 56), é indispensável para sociedades resilientes, capazes de adaptar sua força de trabalho às transformações tecnológicas e organizacionais.

Por fim, as políticas públicas de financiamento constituem eixo estruturante. Experiências internacionais, como a da Finlândia (Sahlberg, 2011, p. 34), demonstram que sistemas educacionais baseados na equidade e valorização docente alcançam elevados índices de desempenho. No Brasil, o Fundeb (Oliveira, 2007, p. 47) representa um marco institucional, mas ainda insuficiente frente às demandas contemporâneas, exigindo maior integração entre educação e estratégias de desenvolvimento econômico.

7. COMPARATIVO INTERNACIONAL: BRASIL X EUA

A comparação entre Brasil e Estados Unidos evidencia a correlação direta entre escolaridade média e renda per capita. Enquanto o Brasil apresenta aproximadamente 8,4 anos de escolaridade média e uma renda per capita em torno de US$ 10.310, os Estados Unidos alcançam 13,9 anos de escolaridade média e uma renda per capita próxima de US$ 84.534 (OCDE, 2024, p. 15). Essa disparidade confirma a tese de Krugman (1994, p. 90) de que economias que investem de forma consistente em educação conseguem sustentar níveis mais elevados de produtividade e competitividade. Vejamos no gráfico abaixo essa comparação gritante.

Figura 1 – Comparativo Internacional: Brasil x EUA (escolaridade média e renda per capita).



Fonte: Autor (2026).

Segundo Krugman (1994), a educação funciona como uma forma de infraestrutura produtiva: ao fortalecer a capacidade de inovação e eficiência do trabalho, políticas educacionais elevam a produtividade e, por essa via, sustentam níveis mais altos de renda e melhor padrão de vida.

8. DISCUSSÃO

A análise da relação entre educação e desenvolvimento econômico-financeiro exige uma abordagem crítica que vá além da mera constatação empírica de correlações positivas entre escolaridade e crescimento econômico. Embora a teoria do capital humano, formulada por Becker (1964, p. 19) e Schultz (1961, p. 3), tenha demonstrado de forma pioneira que investimentos em educação ampliam a produtividade e a renda, é necessário reconhecer as limitações dessa perspectiva quando aplicada a contextos de desigualdade estrutural.

Bourdieu (1986, p. 243) alerta que a escola, ao mesmo tempo em que transmite capital cultural, pode reproduzir desigualdades sociais, legitimando hierarquias já existentes. Nesse sentido, a educação não deve ser analisada apenas como mecanismo de mobilidade social, mas também como espaço de disputa simbólica e política. Essa crítica é fundamental para compreender por que, em determinados contextos, o aumento da escolaridade não se traduz automaticamente em redução das desigualdades econômicas.

Por outro lado, Sen (1999, p. 102) amplia o debate ao propor a abordagem das capacidades, segundo a qual a educação fortalece as liberdades substantivas dos indivíduos, permitindo-lhes participar de forma mais ativa na vida econômica e política. Essa perspectiva desloca o foco da análise da produtividade para a equidade, ressaltando que o verdadeiro desenvolvimento econômico só pode ser alcançado quando acompanhado da expansão das oportunidades sociais.

Estudos empíricos recentes reforçam essa complexidade. Hanushek e Woessmann (2015, p. 45) demonstram que a qualidade da educação é mais determinante para o crescimento econômico do que a quantidade de anos de escolaridade. Isso implica que políticas públicas voltadas apenas para a universalização do acesso, sem atenção à qualidade, podem gerar resultados limitados. Da mesma forma, Barro (2001, p. 15) evidencia que o impacto da educação sobre o PIB per capita varia conforme o contexto institucional e político, sugerindo que a educação só produz efeitos sustentáveis quando articulada a sistemas econômicos inclusivos e estáveis.

No caso brasileiro, Schwartzman (2004, p. 56) observa que a expansão do ensino superior contribuiu para diversificar as elites profissionais, mas não eliminou as barreiras históricas de exclusão, sobretudo no que se refere às desigualdades regionais e sociais. Isso demonstra que a educação, embora seja condição necessária para o desenvolvimento econômico-financeiro, não é suficiente por si só: deve ser acompanhada de políticas públicas consistentes e de reformas estruturais que garantam equidade e sustentabilidade.

Portanto, a discussão sobre educação e economia deve integrar diferentes perspectivas teóricas — capital humano, capital cultural e capacidades humanas — e considerar tanto os ganhos de produtividade quanto os desafios da equidade social. Somente essa abordagem multidimensional permite compreender a educação como ativo estratégico, mas também como direito fundamental e instrumento de justiça social.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a educação desempenha papel multifacetado no desenvolvimento econômico-financeiro, atuando simultaneamente como capital humano, mecanismo de mobilidade social e vetor de sustentabilidade. Becker (1964, p. 19) e Schultz (1961, p. 3) demonstraram que investimentos em educação ampliam a produtividade e a renda, enquanto Bourdieu (1986, p. 243) e Coleman (1988, p. 101) ressaltaram sua função na reprodução e transformação das estruturas sociais. Sen (1999, p. 102) acrescenta que a educação fortalece as liberdades substantivas, constituindo-se em fundamento normativo para o desenvolvimento equitativo.

Contudo, como demonstram Hanushek e Woessmann (2015, p. 45) e Barro (2001, p. 15), não basta ampliar o acesso à escolarização: é necessário investir na qualidade da educação, na valorização docente e na integração entre políticas educacionais e estratégias econômicas. No caso brasileiro, Schwartzman (2004, p. 56) observa que a expansão do ensino superior contribuiu para diversificar as elites

profissionais, mas não eliminou as desigualdades regionais e sociais, o que reforça a necessidade de políticas públicas consistentes e de longo prazo.

Conclui-se, portanto, que a educação deve ser compreendida como direito fundamental e instrumento de justiça social, mas também como ativo estratégico indispensável para a competitividade internacional e para a sustentabilidade econômica. A consolidação de sistemas educacionais inclusivos e de alta qualidade é condição sine qua non para que as sociedades contemporâneas alcancem desenvolvimento equitativo, resiliente e duradouro.

REFERÊNCIAS

BARRO, Robert J. *Education and Economic Growth*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

BECKER, Gary S. *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, John (Ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258.

CARNOY, Martin. *Education as Cultural Imperialism*. New York: Longman, 2007.

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 94, p. 95-120, 1988.

DRUCKER, Peter. *Post-Capitalist Society*. New York: HarperCollins, 1993.

HANUSHEK, Eric A.; WOESSMANN, Ludger. *The Knowledge Capital of Nations: Education and the Economics of Growth*. Cambridge: MIT Press, 2015.

KIM, Dae-Sook. *Education and Development in Korea*. Seoul: Seoul National University Press, 2002.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. *Educação e Federalismo no Brasil: Desafios da Equidade, da Qualidade e da Gestão Democrática*. São Paulo: Cortez, 2007.

PSACHAROPOULOS, George. Returns to Investment in Education: A Global Update. *World Development*, Oxford, v. 22, n. 9, p. 1325-1343, 1994.

PSACHAROPOULOS, George; PATRINOS, Harry Anthony. *Returns to Investment in Education: A Further Update*. Washington, DC: World Bank, 2004.

SAHLBERG, Pasi. *Finnish Lessons: What Can the World Learn from Educational Change in Finland?* New York: Teachers College Press, 2011.

SCHULTZ, Theodore W. *Investment in Human Capital*. New York: Free Press, 1961.
SCHWARTZMAN, Simon. *Educação Superior e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SEN, Amartya. *Development as Freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

KRUGMAN, Paul. The Age of Diminished Expectations. Cambridge: MIT Press, 1994.

KRUGMAN, Paul. The Return of Depression Economics. New York: W.W. Norton, 1999.

KRUGMAN, Paul. The Conscience of a Liberal. New York: W.W. Norton, 2008.

OCDE. Education at a Glance 2024. Paris: OECD Publishing, 2024.